



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS - 2015

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB - PCdoB - PTdoB - PROS - PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Celinho do Sinttrocel Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PSB - PTN - PMN - PEN - PTC - PHS - PPS - PSC - PSD)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares



LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	Vice- Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	



Deputado João Leite	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV - BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quarta-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC- BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB- BVC	
Deputado Fred Costa	PEN- BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM - BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB- BMM	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	Vice-Presidente



Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB- BMM
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB - BVC
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	Presidente
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Professor Neivaldo	PT- BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	



Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT - BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	Vice-Presidente



Deputado Inácio Franco	PV - BCMG
Deputado Nozinho	PDT - BVC
Deputado Rogério Correia	PT - BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB - BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR - BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	



Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	Vice-Presidente
Deputado Professor Neivaldo	PMDB - BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado	PCdoB - BMM	

**COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PR - BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	



Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Professor Neivaldo	PT - BMM

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/4/2015

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tito Torres, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Comissão de Assuntos Municipais, convidando para a audiência pública a ser realizada no próximo dia 9/4/2015, às 14 horas, para debater a qualidade e as condições de trabalho dos artesãos da Feira de Arte e Artesanato da Avenida Afonso Pena, e convite do Sr. Olavo Machado Júnior, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, para almoço, com a presença do ministro do Trabalho e Emprego. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 988/2015, da deputada Geisa Teixeira e do deputado João Alberto, em que solicitam sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária desta comissão para a Advocacia-Geral do Estado, com pedido de providências para que sejam mantidas as atividades da empresa Mineração Belocal Ltda., instalada no Município de Matozinhos, preservando-se, dessa forma, o emprego de 200 trabalhadores;

nº 989/2015, da deputada Geisa Teixeira e do deputado João Alberto, em que solicitam seja encaminhado à empresa Mineração Belocal Ltda. pedido de providências com vistas à elaboração dos estudos de definição da área de influência e perímetro de 99 cavidades naturais subterrâneas, incluindo as cavidades que já sofreram impacto irreversível, solicitados pela Superintendência Regional de Minas Gerais e Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Supram Central Metropolitana;

nº 990/2015, da deputada Geisa Teixeira e do deputado João Alberto, em que solicitam sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária desta comissão aos desembargadores da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que acompanham o processo referente ao licenciamento ambiental da empresa Mineração Belocal Ltda., e a todos os membros do Conselho Estadual de Política Ambiental;

nº 991/2015, da deputada Geisa Teixeira e do deputado João Alberto, em que solicitam seja realizada visita desta comissão à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, para discutir a situação da Mineração Belocal Ltda., localizada em Matozinhos;

nº 992/2015, do deputado João Alberto e da deputada Geisa Teixeira, em que solicitam seja encaminhado à Mineração Belocal Ltda. pedido de informações sobre o impacto ambiental decorrente das atividades que afetaram as cavidades existentes na região de Matozinhos, bem como o envio de cópia do relatório de impacto ambiental à Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social;

nº 993/2015, da deputada Geisa Teixeira e do deputado João Alberto, em que solicitam seja realizada visita da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social para debater a situação dos trabalhadores da Mineração Belocal Ltda. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2015.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS, EM 7/5/2015

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Elismar Prado e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Anselmo José Domingos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Elismar Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos, já recebidos pelo presidente em reunião anterior: nºs 1.451, 1.452, 1.454, 1.456, 1.457, 1.459, 1.460, 1.461, 1.464, 1.465, 1.466, 1.467, 1.468, 1.469, 1.472, 1.473, 1.475, 1.476, 1.477, 1.478, 1.479, 1.480, 1.481, 1.482, 1.483, 1.484, 1.485, 1.486, 1.487, 1.488, 1.489 e 1.490/2015.

São recebidos, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados pela presidência os seguintes requerimentos:

nº 1.592/2015, dos deputados Noraldino Júnior, Roberto Andrade e Anselmo José Domingos, em que solicitam seja realizada visita ao Canil Municipal de Viçosa, com a finalidade de verificar as condições de abrigo dos animais albergados, tendo em vista denúncias de maus-tratos recebidas por esta comissão;

nº 1.593/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada visita ao Canil Municipal de Passos, com a finalidade de verificar as condições dos animais albergados, tendo em vista denúncias de maus-tratos recebidas por esta comissão;

nº 1.595/2015, dos deputados Noraldino Júnior, Roberto Andrade e Agostinho Patrus Filho, em que solicitam seja encaminhado ao presidente desta Casa pedido de providências para que seja veiculada no Portal da Assembleia e nos demais canais de comunicação campanhas educativas que ressaltem a importância da prevenção da leishmaniose e do controle populacional de cães e gatos.



É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 1.594/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada visita à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com a finalidade de averiguar as condições para a regulamentação da Lei Municipal nº 10.119, de 2011, que "dispõe sobre a circulação de veículo de tração animal, montado ou não, em via pública do município".

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Arlen Santiago – Glaycon Franco - Agostinho Patrus Filho.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/5/2015

Às 11h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira, Geraldo Pimenta e Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Antônio Lerin, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do plenário da Assembleia. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Requerimento nº 434/2015 deixa de ser apreciado por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.876/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Esportes e Juventude pedido de informações relativo à parceria público-privada firmada entre o Estado e a concessionária Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S/A para a gestão do Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão, contendo: 1) número de avaliações de desempenho financeiro, gerencial, operacional e legal da concessionária Minas Arena realizadas pelo Estado, bem como o resultado destas, no período de 2013 a 2015; 2) repasses mensais e anuais efetuados pelo Estado à Minas Arena no período de 2013 a 2015; 3) disponibilização das projeções de pagamentos e dos relatórios de gestão e performance da parceria público-privada; 4) justificativa para a não ocupação de determinados setores do estádio em dias de jogos; 5) taxa média de ocupação do setor do estádio pertencente à Minas Arena em dias de jogos. (Emendado pelo deputado Carlos Pimenta);

nº 1.877/2015, do deputado Antônio Lerin, em que solicita seja realizada reunião desta comissão, no município de Uberaba, com a finalidade de debater, em audiência pública, as diversas modalidades de esporte desenvolvidas naquele município e região, assim como colher as reivindicações das entidades esportivas, notadamente as amadoras;

nº 1.878/2015, dos deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta, Fábio Avelar Oliveira e Carlos Pimenta, em que solicitam seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, o programa Geração Saúde, do governo do Estado, que está paralisado e com o repasse dos recursos às entidades atrasados, prejudicando as mais de 100 academias executoras e parceiras que deveriam atender os mais de 10.000 alunos distribuídos por todas as regiões do Estado;

nº 1.879/2015, dos deputados Anselmo José Domingos, Fábio Avelar Oliveira, Geraldo Pimenta e Carlos Pimenta, em que solicitam seja realizada visita desta comissão ao secretário de Estado de Esportes com a finalidade de conhecer os projetos a serem desenvolvidos no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – João Vítor Xavier.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/5/2015

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva, Bonifácio Mourão e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tito Torres, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: duas comunicações do Sr. Gustavo Corrêa, deputado estadual (14/5/2015), e ofícios dos Srs. Marco Antônio de Rezende Teixeira, secretário da Casa Civil, e Vítor Valverde, secretário municipal de Governo (23/5/2015). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 636/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Bonifácio Mourão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, Projeto de Lei nº 427/2015, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 432/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:



nº 1.640/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada visita ao Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção, em Betim, com a finalidade de conhecer as atividades e o modelo de atendimento ofertado à pessoa com deficiência mental e TEA e às suas famílias, bem como ouvir suas demandas.

nº 1.896/2015, dos deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão e Arnaldo Silva, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater os reflexos do parecer do relator designado pela Comissão Especial de Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2015 sobre os servidores designados para as Apaes.

nº 1.897/2015, dos deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão e Arnaldo Silva, em que solicitam sejam ouvidos na 11ª Reunião Ordinária desta comissão os cidadãos Liliane Arouca do Carmo e Mário de Assis, presidente da Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas e assessor executivo da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.894/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião, com a presença do secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, para obter informações sobre a reformulação dos critérios adotados para a concessão da ajuda de custo para pagamento das mensalidades em escola especial, chamada Bolsa Caade.

nº 1.895/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que envie à Assembleia Legislativa proposta que resolva a situação dos servidores atingidos pelos efeitos da ADI nº 4876, que declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar nº 100/200, especialmente dos servidores das Apaes, considerando a ansiedade em que vivem esses servidores e o trabalho que prestaram ao Estado.

A seguir, é aprovado relatório da visita realizada no dia 11/5/2015, às 9 horas, na Secretaria de Estado da Educação, que segue publicado após as assinaturas. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Liliane Arouca do Carmo e o Sr. Mário de Assis, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

Duarte Bechir, presidente – Bonifácio Mourão – João Leite.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência Local visitado: Secretaria de Estado de Educação

Apresentação

A requerimento do deputado Duarte Bechir, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência visitou, no dia 11/5/2015, a sede da Secretaria de Estado de Educação, em Belo Horizonte, com o objetivo de discutir temas relativos à pessoa com deficiência e a situação dos profissionais de educação cedidos pelo Estado para atuar nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes.

Participaram da visita o deputado Duarte Bechir, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e o deputado Bonifácio Mourão. Os parlamentares foram recebidos pela Sra. Macaé Evaristo, secretária de Estado de Educação.

Relato

No início da reunião, os deputados fizeram um breve relato sobre a situação das Apaes, sobretudo em relação às dificuldades de seu financiamento. Em seguida, entregaram à secretária documento produzido pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2014, com uma pesquisa da situação das Apaes no Estado. Nesse documento, constavam uma análise de informações coletadas das instituições que participaram da pesquisa, a compilação das demandas apresentadas por elas e recomendações e sugestões para o aprimoramento da parceria do poder público com essas entidades.

Em seguida, os parlamentares manifestaram sua preocupação acerca dos servidores efetivados que atuam nas Apaes e que foram afetados pela declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar nº 100, de 2007. Mencionaram a necessidade de garantir os direitos trabalhistas e previdenciários desses servidores e solicitaram à secretária que envidasse esforços para que os professores que atuam nas Apaes não sejam substituídos, pois isso poderia prejudicar a qualidade da educação oferecida, devido ao alto grau de qualificação requerido para profissionais da educação especial.

Os deputados discutiram também sobre a necessidade de uma parceria mais efetiva entre as Apaes e o poder público para garantir o bom atendimento aos alunos da educação especial atendidos por essas entidades. Relataram que a Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência tem a intenção de estar em contato com outras secretarias de governo, como a Secretaria de Estado de Saúde e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, com o objetivo de ampliar o diálogo sobre os direitos da pessoa com deficiência.

Em resposta às questões apresentadas, a secretária afirmou que a Secretaria de Estado de Educação está buscando soluções para garantir os direitos trabalhistas e previdenciários dos servidores afetados pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100. Em relação aos servidores efetivados que atuam nas Apaes e em outras instituições, solicitou à Advocacia-Geral do Estado orientações acerca dos atuais mecanismos e processos de cessão desses servidores, visando regularizar e adotar um instrumento jurídico adequado para tratar a matéria.

Quanto à cooperação do Estado com as Apaes, a secretária cogitou a possibilidade de se adotar nova forma de parceria em que o atual modelo de cessão de professores seja substituído pelo repasse de recursos por aluno atendido. Desse modo, essas entidades poderiam contratar, com autonomia, os profissionais necessários a seu funcionamento. Todavia, enfatizou que nada está resolvido ainda e que qualquer solução dependerá de análise da Secretaria de Estado de Educação e demais órgãos competentes do Estado.

A secretária informou ainda que se reuniu recentemente com representantes do Movimento Bilíngue de Educação de Surdos. Esse movimento defende que os surdos devem aprender libras como primeira língua e a língua portuguesa escrita como segunda língua.



Segundo a secretária, foram apresentadas na reunião demandas relacionadas à educação bilíngue e atendimento de alunos surdos nas escolas estaduais e foi criado um grupo de trabalho para promover estudos sobre a educação bilíngue para alunos surdos da rede estadual de ensino.

Por fim, expôs a necessidade de que seja criada uma agenda sistemática para discutir coletivamente a oferta da educação especial envolvendo as áreas de educação, saúde e assistência social, entre outras.

Conclusão

Os deputados Duarte Bechir e Bonifácio Mourão consideraram proveitosa a visita, uma vez que estabeleceu canal de diálogo entre a Secretaria de Estado de Educação e a Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência, o que permitirá avançar na busca de soluções e na criação de políticas públicas educacionais adequadas às necessidades das pessoas com deficiência.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2015.

Duarte Bechir – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/5/2015

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Gustavo Valadares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a universalização da habilitação sanitária e a regularização tributária das agroindústrias familiares e dos queijos artesanais. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Bárbara Vieira, analista técnica do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg -, representando o presidente, Sr. Ronaldo Ernesto Scucato; e os Srs. Fernando Rabelo Ribeiro, diretor de Infraestrutura Básica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, representando o secretário, Sr. Glênio Martins de Lima Mariano, Kalil Said de Souza Jabour, assessor da Superintendência de Tributação da Secretaria de Estado de Fazenda, representando o secretário, Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Márcio da Silva Botelho, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA -, Marcos Vinícius Dias Nunes, diretor de Política Agrícola e Cooperativismo da Fetaemg, representando o presidente, Sr. Vilson Luiz da Silva, Nivaldo da Silva, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais – CRMV-MG -, João Carlos Leite, presidente da Associação dos Produtores de Queijo Canastra de São Roque de Minas, e Eduardo José de Melo, presidente da Associação dos Produtores Artesanais de Queijo do Serro, que são convidados a tomar assento à mesa. Após tecer suas considerações iniciais, a presidência concede a palavra aos deputados Nozinho, Inácio Franco e Rogério Correia, também autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente – Nozinho – Roberto Andrade.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/6/2015

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Glaycon Franco, Ricardo Faria e Emidinho Madeira (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Lafayette de Andrada, Duarte Bechir, Isauro Calais e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação das santas casas e hospitais filantrópicos do Estado e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Cláudio Augusto Boschi, presidente do Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região-MG, apresentando tópicos para serem avaliados e inseridos nas políticas públicas de saúde do Estado. O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 126 e 339/2015, ambos no 1º turno, dos quais designou como relator o deputado Doutor Jean Freire. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Daniel Porto Soares, vice-presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais; José de Arimatéia Furtado, secretário da Mesa Diretora da Santa Casa de Misericórdia de Barbacena, representando o provedor dessa entidade; Eder Lúcio de Souza, superintendente de Gestão Hospitalar da Fundação Benjamin Guimarães - Hospital da Baleia, representando a presidente dessa fundação; Giovanni Magalhães Viggiano, diretor administrativo do Hospital e Maternidade São José, representando o provedor e conselheiro regional de Medicina de Conselheiro Lafaiete; Estéfano Luís de Sá Winter, gerente de produtos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG -, representando o presidente desse banco; Francisco de Souza Coelho Júnior, assessor de planejamento e controlador do Grupo Santa Casa de Belo Horizonte; e Carlos Eduardo Ferreira, diretor do Instituto Mário Penna, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Lafayette de Andrada, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:



nº 2.001/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a transferência de tecnologia para a produção de biofármacos pela Fundação Ezequiel Dias;

nº 2.002/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a saúde e as necessidades assistenciais e sociais das pessoas com doença pulmonar avançada;

nº 2.003/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao BDMG, em especial à presidência e vice-presidência, pedido de providências para que seja avaliada a possibilidade de a instituição contribuir com um aporte mensal de R\$100.000,00 (cem mil reais), corrigidos anualmente pela inflação, por um período de 10 anos, para os centros de referência de alta complexidade em oncologia, considerando que a instituição poderia contribuir para a manutenção da vida de pacientes com câncer, especialmente crianças e idosos;

nº 2.004/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao BDMG, em especial à presidência e vice-presidência, pedido de providências para que seja avaliada a possibilidade de a instituição contribuir com um aporte mensal de R\$100.000,00 (cem mil reais), corrigidos anualmente pela inflação, por um período de 10 anos, em favor das unidades de alta complexidade em oncologia;

nº 2.005/2015, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja encaminhado do Ministério Público pedido de providências para que o Estado efetue os pagamentos em atraso relativos aos contratos com as instituições filantrópicas conveniadas com o Sistema Único de Saúde – SUS;

nº 2.006/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para fiscalizar o cumprimento, por parte dos municípios, do prazo previsto no art. 1º da Portaria nº 2.617, de 1º/11/2013, do Ministério da Saúde, que dispõe que os gestores têm até o 5º dia útil após o crédito em conta bancária do Fundo Municipal de Saúde para efetuar o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam assistência de forma complementar ao SUS;

nº 2.007/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Ouro Preto para debater soluções e alternativas para a reabertura e manutenção das atividades da Santa Casa de Ouro Preto;

nº 2.008/2015, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para revisar os critérios estabelecidos na Deliberação CIB-SUS nº 1.024, de 7/12/2011, no que se refere à apuração do extrapolamento das internações de média e alta complexidade.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Doutor Jean Freire – Glaycon Franco – Carlos Pimenta.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/6/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Cabo Júlio e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Rogério Correia, Iran Barbosa e Vanderlei Miranda. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cabo Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os direitos dos servidores públicos de Belo Horizonte que se encontram em greve desde o dia 25 de maio de 2015, especialmente o da livre manifestação, tomar ciência de suas reivindicações e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Carlos Magno de Freitas, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT – MG –, José Luiz de Oliveira, diretor de Serviços Públicos e do Trabalhador Público da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB-MG –, Israel Arimar de Moura, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – Sindibel –, Juninho Paim, vereador do Município de Belo Horizonte, e Wanderson Paiva Rocha, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.010/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para esclarecer e investigar supostas ações violentas de policiais militares, na cidade de Arcos, contra Flávio Rodrigues da Costa;

nº 2.011/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República pedido de providências com vistas a melhorias do canal de denúncias Disque 100, especialmente para qualificar o tratamento dado às denúncias recebidas, assim como das próprias equipes responsáveis, e ainda a uma maior interlocução com estados e municípios na investigação e apuração das denúncias;

nº 2.012/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para a efetiva articulação intersetorial e interinstitucional da rede estadual de atenção integrada a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, de modo a propiciar condições necessárias a sua proteção, bem como priorizar recursos orçamentários para a implementação dessas ações e do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, especialmente do Programa de Ações Integradas e Referenciais;



nº 2.013/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça pedido de providências para a implementação da Vara Especializada em Crimes contra a Criança e Adolescente da Comarca de Belo Horizonte, acompanhado das notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos que teve por finalidade debater o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado;

nº 2.014/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita sejam encaminhadas às autoridades e representantes de entidades convidadas ou presentes na 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, que teve por finalidade debater o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, as notas taquigráficas dessa reunião;

nº 2.015/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja realizado debate público da Comissão de Direitos Humanos para discutir os avanços e os desafios do Estatuto da Criança e do Adolescente, que completa 25 anos em 2015;

nº 2.016/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para conhecer e discutir os objetivos do projeto "Digna Vida", que busca estimular o trabalho e o estudo no ambiente prisional, com vistas a melhorar a ressocialização dos detentos;

nº 2.018/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao promotor de Justiça da Comarca de Jequitinhonha, em atendimento ao pedido da 2ª Promotoria de Justiça da Defensoria da Saúde do Estado, cópia do Requerimento nº 390/2015, em tramitação na Assembleia Legislativa, em se que solicitam providências quanto a denúncias de ocorrência de supostos erros médicos atribuídos aos Srs. Denilson Ferreira dos Santos, médico, e João Bosco, diretor do Hospital São Miguel, no Município de Jequitinhonha;

nº 2.019/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para debater abuso de autoridade e prisão ilegal atribuídos ao 1º-Ten. Abel Senhorinho Ferreira e ao Asp. Rafael Barros Teixeira em desfavor do Cb. Alexandre Santos Porto, do Corpo de Bombeiros;

nº 2.020/2015, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e de Assuntos Municipais no Município de Guarani, para debater a construção do terminal rodoviário municipal em área de preservação ambiental e as violações de direitos humanos que ela acarreta;

nº 2.021/2015, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas ao Sr. José Henrique Guaracy Rebêlo, juiz da 2ª Turma Recursal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, relator nos autos do Processo nº 2006.38.00.726246-9 - Petição para Tratamento Médico-Hospitalar e Fornecimento de Medicamentos em favor de Maria de Lourdes Borges -, para fins de informação para convencimento judicial, o trecho das notas taquigráficas da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, ocorrida em 20/5/2015, que contém o relato da Sra. Lúcia de Fátima Santos;

nº 2.022/2015, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Hospital Madre Tereza, de Belo Horizonte, pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, ocorrida em 20/5/2015, com vistas a que seja oferecido tratamento médico-hospitalar pelo SUS, ou outro tratamento de caráter humanitário que possa ser oferecido na Clínica da Dor, para a Sra. Maria de Lourdes Borges, haja vista a grave condição de saúde e a difícil situação financeira em que se encontra;

nº 2.024/2015, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, ocorrida em 20/5/2015, para que sejam interpostas as medidas judiciais e administrativas cabíveis nos autos do Processo nº 2006.38.00.726246-9 - Petição para Tratamento Médico-Hospitalar e Fornecimento de Medicamentos em favor de Maria de Lourdes Borges - em curso na 2ª Turma Recursal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, de forma a garantir a consecução do tratamento, haja vista a grave condição de saúde e a difícil situação financeira em que se encontra;

nº 2.028/2015, do deputado Iran Barbosa e do deputado Professor Neivaldo, em que solicitam sejam realizadas visitas da Comissão de Direitos Humanos às unidades de pronto-atendimento, aos centros de saúde, aos Centros de Referência em Saúde Mental e aos hospitais da rede municipal de saúde para averiguar as condições de trabalho dos servidores, bem como a infraestrutura para o atendimento aos cidadãos;

nº 2.029/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Direitos Humanos ao prefeito municipal de Belo Horizonte para discutir a situação dos servidores públicos do município, em greve desde o dia 25 de maio de 2015;

nº 2.035/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 2/6/2015, com vistas a que, nos contatos da PMMG com os servidores públicos municipais em greve desde 25 de maio, sejam assegurados e respeitados os direitos constitucionais à livre organização e manifestação e à greve;

nº 2.039/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte pedido de providências com vistas a que sejam assegurados e respeitados os direitos constitucionais dos servidores públicos municipais, em greve desde 25 de maio, em especial os direitos à livre organização e manifestação e à greve, daí decorrendo o empenho na negociação com os sindicatos da categoria e a manutenção do ponto;

nº 2.042/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita sejam encaminhadas aos convidados e aos presentes na 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 2/6/2015, as notas taquigráficas desta reunião;

nº 2.050/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja encaminhado aos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Saúde, ao Ministério Público do Trabalho e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 2/6/2015, com vistas a que seja averiguada a situação do repasse de recursos federais para a Prefeitura de Belo Horizonte para a remuneração dos agentes de combate a endemias e agentes comunitários de saúde que se encontram cadastrados no Ministério da Saúde como estatutários e que estejam sendo contratados por essa prefeitura como celetistas;



nº 2.052/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Direitos Humanos ao Bairro Alto Vera Cruz, em Belo Horizonte, em acompanhamento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre a violência contra jovens negros. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/6/2015

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as questões de segurança pública na Região Leste do Estado, em especial o tráfico de drogas, os roubos a terminais de autoatendimento bancário e a utilização de armas de fogo em roubos a cidadãos, entre outros. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Alaerte da Silva, prefeito municipal de Aimorés; Sebastião Ferreira de Souza, presidente da Câmara Municipal de Aimorés; Bráulino Corrêa da Rocha Neto, juiz de direito na Comarca de Aimorés; Felipe Valente Vasconcelos Sousa, representante do Ministério Público em Aimorés; o Cap. PM Elias Vieira de Souza, comandante da 49ª Companhia de Polícia Militar, de Aimorés; o Ten.-Cel PM Célio Alves de Menezes Júnior, comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar, de Governador Valadares; André Dias Nunes, delegado de Polícia Civil em Aimorés; Jean José Siqueira, inspetor da Polícia Civil, representando o Sr. Silvio Henrique Pagy Corrêa, delegado Regional de Polícia Civil em Caratinga; José Carlos de Oliveira, investigador da Polícia Civil, representando a Sra. Dulcilaine Alcântara Gonçalves, delegada de Polícia Civil em Resplendor; e Tomaz Benedito de Souza, presidente do Conselho de Segurança de Aimorés, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra à deputada Celise Laviola, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.058/2015, do deputado Sargento Rodrigues, da deputada Celise Laviola e do deputado Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para que as cadeias públicas de Aimorés e Resplendor sejam assumidas pela Subsecretaria de Administração Prisional, liberando-se os policiais civis e militares empenhados na guarda de presos;

nº 2.060/2015, da deputada Celise Laviola, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Caratinga para debater as questões de segurança pública no município e região;

nº 2.061/2015, do deputado Sargento Rodrigues, da deputada Celise Laviola e do deputado Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para nomeação de promotor de justiça e para estruturação da Promotoria na Comarca de Aimorés;

nº 2.062/2015, do deputado Sargento Rodrigues, da deputada Celise Laviola e do deputado Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a convocação dos candidatos excedentes aprovados no concurso para cargos da Polícia Civil;

nº 2.064/2015, do deputado Sargento Rodrigues, da deputada Celise Laviola e do deputado Doutor Jean Freire, em que solicitam seja realizada visita à Secretaria de Defesa Social para discutir a necessidade de maiores investimentos em segurança pública no Município de Aimorés, bem como para apresentar os temas discutidos na 26ª Reunião Extraordinária desta Comissão nesse município;

nº 2.067/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública, em caráter de urgência, para debater a crise que assola a política estadual de segurança pública e solicitar as providências cabíveis, conquanto esta Casa Legislativa receba o Projeto de Lei nº 1.659/2015, para apreciação;

nº 2.068/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião para proceder à entrega dos diplomas referentes às manifestações de aplauso aos policiais civis lotados no Grupo de Combate a Organizações Criminosas, no 9º Departamento de Polícia Civil de Uberlândia e na 2ª Delegacia de Polícia Civil de Venda Nova, pela apreensão de mais de duas toneladas de maconha e pela prisão de 15 pessoas, durante a operação Marco Zero.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/6/2015

Às 14h23min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Professor Neivaldo e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão.



Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 741, 765 a 768, 850, 851, 862 a 869, 872 e 873, 895, 902, 903, 920, 921 e 923/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.104/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião no Município de Santa Rita do Sapucaí para discutir a adoção de medidas de segurança em razão do aumento do índice de criminalidade que vem ocorrendo na cidade;

nº 2.105/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Assuntos Municipais e Regionalização para debater sobre o aumento da criminalidade no Município de Ouro Branco;

nº 2.106/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública, em caráter de urgência, para debater e buscar medidas para diminuir a ocorrência de acidentes nos estabelecimentos que produzem /ou comercializam materiais, artefatos e apetrechos explosivos em geral.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/6/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015, do governador do Estado, que acrescenta o § 6º ao art. 283-A da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras dos profissionais da Educação Básica do Poder Executivo que especifica, altera a estrutura da carreira de Professor da Educação Básica e dá outras providências. (Urgência.)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.266/2015, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig - o imóvel que especifica. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.660/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 17/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/6/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.248/2015, do deputado Lafayette de Andrada; e 1.350/2015, do deputado Gil Pereira.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.864/2015, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.010/2015, do deputado Dirceu Ribeiro.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/6/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, com convidados, o aumento da tarifa de energia elétrica para os irrigantes da área mineira da Sudene e do Norte de Minas.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 17/6/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Resolução nºs 11/2015, do deputado Durval Ângelo; 15/2015, do deputado Gustavo Corrêa; Projetos de Lei nºs 957 e 1.018/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.046/2015, do deputado Gilberto Abramo; 1.198/2015, do deputado Sargento Rodrigues; e 1.885/2015, do deputado Bosco.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 16/2015, do deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 58, 137 e 145/2015, do deputado Fred Costa; 513/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos; 566/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 617/2015, da deputada Rosângela Reis; 618/2015, do deputado Gustavo Valadares; 735/2015, do deputado André Quintão; 831/2015, do deputado Fred Costa; 900/2015, do deputado Gilberto Abramo; 939/2015, do deputado Sávio Souza Cruz; 974/2015, do deputado Braulio Braz; 1.014/2015, do deputado Lafayette de Andrada; 1.066, 1.072 e 1.083/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.177/2015, do deputado Fred Costa; 1.210/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho; 1.263/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 1.294/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.366/2015, da deputada Ione Pinheiro; 1.381/2015, do deputado Duarte Bechir; 1.426/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.467/2015, do deputado Mário Henrique Caixa; 1.552/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.864/2015, do governador do Estado; 1.883/2015, do deputado Cabo Júlio; e 1.915/2015, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 426/2015, do deputado Paulo Guedes; 434/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.201/2015, do deputado Léo Portela; 1.203 e 1.208/2015, do deputado Durval Ângelo; 1.250/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; 1.260/2015, do deputado Cabo Júlio; 1.275/2015, da deputada Rosângela Reis; e 1.808/2015, do deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 17/6/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.



Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 289 e 401/2015, do deputado Fred Costa; e 421/2015, do deputado Fabiano Tolentino.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 557/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 692/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimentos nºs 816/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 817/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 922/2015, do deputado Duarte Bechir; e 928/2015, do deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.038/2015, do deputado Bosco.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para discutir a situação da cadeia produtiva de leite no Estado.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.063/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 18 horas do dia 17 de junho de 2015, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015, do governador do Estado, que acrescenta o § 6º ao art. 283-A da Constituição do Estado; do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte; e dos Projetos de Lei nºs 1.266/2015, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig - o imóvel que especifica; 1.504/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras dos profissionais da Educação Básica do Poder Executivo que especifica, altera a estrutura da carreira de Professor da Educação Básica e dá outras providências; e 1.660/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de junho de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/6/2015, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.254/2015, do deputado Sargento Rodrigues; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 939/2015, do deputado Noraldino Júnior, e 1.012 e 1.059/2015, do deputado Sargento Rodrigues; de debater o sistema de revista íntima de visitantes em estabelecimentos penais do Estado; de discutir e votar pareceres de redação final; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Agostinho Patrus Filho, João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/6/2015, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/6/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2015.

Rosângela Reis, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/6/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.254/2015, do deputado Sargento Rodrigues, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 939/2015, do deputado Noraldino Júnior, e 1.012 e 1.059/2015, do deputado Sargento Rodrigues, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/6/2015, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2015.

Marília Campos, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1/2015****Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório**

De autoria do presidente do Tribunal de Justiça, a proposição em epígrafe “autoriza o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a transferir recursos para o custeio de despesas do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil”.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame tem por objetivo autorizar a transferência, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, de recursos para o custeio de despesas do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Conforme disposto nos arts. 1º e 2º do projeto, o valor a ser transferido corresponderá a uma anuidade, estando a transferência condicionada à celebração de convênio específico e ao atendimento às normas legais que incidem sobre a matéria.

O art. 3º prevê a convalidação dos “pagamentos realizados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais em favor do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, a título de anualidade, no período compreendido entre os anos de 2007 e 2014”.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, não detectou óbices à normal tramitação do projeto e opinou por sua aprovação na forma original.

Sobre o montante a ser transferido, a comissão salientou que “de acordo com a Resolução nº 1/2003, do Colégio de Presidentes, 'os Tribunais de Justiça contribuirão com uma quantia anual para custeio das despesas do Colégio de Presidentes, principalmente de sua Comissão Executiva' (art. 1º)”. A contribuição foi fixada pela referida resolução em R\$ 12.000,00.

No que concerne à competência desta comissão, temos a informar que transferências de recursos públicos para outras esferas de governo, seus órgãos ou entidades, ou para entidades do setor privado estão condicionadas à observância de dispositivos legais que regem a matéria.

Nesse sentido, o art. 12 da Lei federal nº 4.320, de 1964, classifica as transferências financeiras em correntes e de capital. As transferências de capital são “dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços”, constituindo-se em auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei anterior.

Por sua vez, as transferências correntes são “dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado”.

Com base no disposto no artigo em referência, percebe-se que o termo “transferências” compreende as subvenções, auxílios e contribuições, sendo as contribuições destinadas à realização de despesas correntes ou de capital, as subvenções destinadas, exclusivamente, às despesas de custeio e os auxílios, às despesas de capital.

Quanto aos requisitos legais pertinentes a transferências de recursos para entidades privadas, os arts. 4º, I, “f”, e 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – estabelecem que as transferências de recurso financeiro para entidades públicas e privadas, além de atenderem às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, deverão ser autorizadas por lei específica e estarem previstas no orçamento ou em seus créditos adicionais.

Ao seu turno, a Lei nº 21.447, de 2014, que estabelece as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2015 – LDO –, dispõe, em seu art. 25, que “a celebração de convênio, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congênere para transferência de recursos a pessoas físicas ou jurídicas e sua programação na lei orçamentária estão condicionadas ao cumprimento dos dispositivos legais em vigor”. Estabelece também que os beneficiados pelas transferências ficam submetidos à fiscalização dos órgãos de controle do Estado.

Em seu art. 38, a LDO veda a destinação de recursos para atender, entre outras, a despesas com sindicato, associação ou clube de servidores públicos, salvo as destinações que tenham sido objeto de autorização legal e as dirigidas a creches e escolas de atendimento pré-escolar.

Pela análise da proposição em tela, verifica-se que a transferência de recursos ao Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil está expressamente condicionada ao cumprimento dos dispositivos legais citados.



Tal entendimento vai ao encontro do que foi decidido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG –, que, em consulta formulada pelo presidente do TJMG (Processo nº 896.576), afirmou que “é possível a transferência de recursos, a título de custeio de despesas, a entidades formadas pela associação de órgãos públicos de envergadura constitucional, mediante convênio, desde que autorizada por lei específica, prevista na Lei Orçamentária Anual e em observância às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme previsto na Lei 4.320/1964, art. 4º e na Lei Complementar 101/2000, art. 4º, I, 'f' e art. 26”.

Vale lembrar que a celebração de acordos de vontade pela administração pública, como é o caso do convênio a ser firmado pelo TJMG, deve respeitar o disposto na Súmula nº 23 do TCEMG, a seguir transcrita:

“SÚMULA nº 23: A indicação da dotação orçamentária, que irá comportar os gastos públicos decorrentes da execução de convênios, contratos, acordos ou ajustes firmados pelo Estado, é exigência legal que não pode ser desprezada, eis que visa a demonstrar e promover, respectivamente, a existência e a reserva de recursos e acompanhar a execução do plano plurianual, o cumprimento das diretrizes orçamentárias, bem como do respectivo orçamento.” (alterada no “MG” de 8/7/1997 – pág. 22 – mantida no “MG” de 26/11/2008 – pág. 72 – mantida no D.O.C. de 5/5/2011 – pág. 8 – mantida no D.O.C. de 7/4/2014 – pág. 4)

Quanto à repercussão orçamentária e financeira do projeto, o presidente do TJMG, em cumprimento ao que determina a LRF, informou, por meio do Ofício nº 1/2015, que o impacto financeiro para o exercício financeiro de 2015 e para os dois subsequentes totaliza R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), sendo R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por ano. Já a estimativa de impacto retroativo para os exercícios de 2013 e 2014 totaliza R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Ainda segundo o presidente, as despesas decorrentes da implantação das medidas propostas correrão por conta do orçamento consignado ao tribunal, havendo dotação orçamentária suficiente para custear tais despesas.

Sendo assim, não há óbice ao prosseguimento, nesta Casa, do projeto sob análise.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1/2015, em 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente e relator – Felipe Attiê – Thiago Cota – Gustavo Corrêa.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/6/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando, a partir de 16/6/2015, Mauro Henrique Nogueira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Vítor Xavier

exonerando Bernardo Leroy Rizzo do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;

nomeando Anderson Martins dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

exonerando Anderson Martins dos Santos do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Carlaile Antônio Silva Pedrosa para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência.